

UMA ANÁLISE DOS COMPONENTES DE FLUXO ESCOLAR DAS TURMAS DO 5º ANO DE TRÊS ESCOLAS INTEGRAIS EM JOÃO PESSOA

Gioconda Maria Medeiros Azevedo¹

RESUMO

Neste artigo, analisamos os dados dos indicadores de fluxo escolar de três escolas do município de João Pessoa: Escola Municipal Ana Cristina Rolim Machado, Escola Municipal Radegundis Feitosa Nunes e Escola Municipal Educador Paulo Freire. O critério de escolha das citadas escolas se deu pelo motivo de, no caso a Escola Ana Cristina ser a escola Integral com o maior número de turmas, a segunda escola escolhida, a Radegundis Feitosa, se deu pelo fato de ser uma escola de Tempo Integral desde a sua fundação e a terceira escola, ou seja, a Escola Paulo Freire, por apresentar apenas o segmento Fundamental I. Arguimos que, conforme os índices dos indicadores de fluxo nos revelam o período de implantação do sistema de ensino integral, entre os anos de 2011 e 2019, há nas três escolas uma tendência que toma a forma de a) um período de variação das notas dos índices de fluxo e b) que, a determinada altura, há uma nítida melhora desses índices nas três escolas. Dessa forma, neste trabalho tivemos a oportunidade de analisar os dados dos indicadores do fluxo escolar e os números relativos aos componentes de rendimento nas três escolas de ensino integral localizadas do Município de João Pessoa, a fim de averiguar possíveis padrões e correlações que possam emergir das análises dos dados secundários de educação dessas unidades, nomeadamente, os dados do índice de fluxo escolar. Fazemos a nossa investigação em três etapas a fim de demonstrar o nosso argumento: primeiro contextualizamos a implementação das políticas de ensino integral em João Pessoa, depois apresentamos cada uma das três escolas, inclusive nos seus aspectos estruturais e socioeconômicos, e por fim, analisamos os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, comparando os resultados de cada escola entre si e elencando os melhores índices a cada ano investigado. Na nossa conclusão, também fornecemos algumas hipóteses sobre os fatores que podem ter contribuído para a melhora do desempenho das três escolas nesses índices.

Palavras-chave: Fluxo Escolar. Educação Integral. Indicadores Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em educação de tempo integral, é comum que uma das justificativas para a sua adoção seja, a priori, que a ampliação do tempo em que o aluno irá fazer uso do espaço de aprendizagem seja capaz de produzir uma melhora no seu aprendizado, autoestima, no seu rendimento diário na escola e conseqüentemente, em índices de mais globais como aqueles impostos pelo IDEB (BERMUDEZ, 2020) através da Prova Brasil, constituídos pelas Taxas de Reprovação, Abandono Escolar e Aprovação. Percebe-se atualmente, uma política de tempo integral crescente em nosso País, que remonta até o extinto Programa Mais Educação (BRASIL, 2007), regulamentado pelo Decreto 7.083/2010 (BRASIL, 2010) programa este que surgiu como indutor das escolas de tempo integral, tendo como objetivo ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral (ibidem).

Talvez o sucesso dessas medidas explique a sua popularização e sua reprodução por diversas secretarias municipais de educação no Brasil. No município de João Pessoa, no qual

¹ Mestranda em Educação (UFPB); Especialista em Gestão Escolar (UFPB); Graduada em Pedagogia (UFPB); Professora efetiva da Rede Municipal de João Pessoa e Cabedelo. E-mail: giocondamedeiros@hotmail.com

se encontram as escolas sobre as quais concentraremos nossa análise, a iniciativa de implantação dessas medidas de educação integral teve início em 2011. Essas medidas representaram, em termos pragmáticos, uma mudança do atendimento convencional – em algumas de nossas escolas – que abandonaram o regime de apenas um turno (4h30) para uma jornada ampliada de pelo menos 7 (sete) horas diárias. Nesse caso, a rotina habitual dos alunos passou a se dividir entre o currículo básico comum, no turno da manhã, e as oficinas extracurriculares junto com o reforço da aprendizagem (pelos professores tutores) no contraturno da tarde.

Ainda no município de João Pessoa, em 2015, entendeu-se a necessidade de se criar uma coordenação que supervisionasse e acompanhasse de forma mais específica à rotina dessas unidades, na qual tive a oportunidade atuar como coordenadora pedagógica. No ano de 2016, fomos acompanhar mais de perto a rotina e funcionamento das unidades integrais que possuíam turmas integrais. Observamos que a rotina não era alinhada em todas as unidades, e que era preciso, através de reuniões e intervenções pontuais, que todas as medidas de integralização do ensino fossem ajustadas, pensando sempre no foco principal da escola, o aluno.

Este artigo, possibilitado em parte graças a estes anos à frente da função de coordenadora de educação, nos poremos a analisar os números relativos aos componentes de rendimento em três escolas de ensino integral localizadas na cidade de João Pessoa: Escola Ana Cristina Rolim Machado, Escola Radegundis Feitosa Nunes e a Escola de Tempo Integral Paulo Freire, a fim de averiguar possíveis padrões e correlações que possam emergir das análises dos dados secundários de educação dessas escolas, nomeadamente, os dados do índice de fluxo escolar.

A fim de atingirmos esse objetivo, dividiremos nosso trabalho de modo que, na primeira seção, abordaremos a caracterização dos fundamentos teóricos, históricos e legais da Educação Integral no Brasil, e a importância do processo de popularização dessa modalidade de ensino perante os poderes públicos, dentre os quais está o poder público municipal de João Pessoa, que desde 2011, decidiu implementá-la em algumas escolas da capital. Também discutiremos, nessa ocasião, a aplicação do Programa “Escola de Tempo Integral” nessas escolas do município de João Pessoa.

Na segunda seção, analisaremos não só o que são e o que representam os números dos índices de Fluxo Escolar, mas também seus valores nas três escolas que escolhemos segundo uma análise percentual que leva em conta a diferença para mais ou para menos a fim de dar parecer positivo ou negativo ao desempenho dentro daquele determinado período. Antes, caracterizaremos minimamente, em contexto histórico e socioeconômico, cada escola e observaremos as variações, para pior ou para melhor, entre os valores desses índices no período de anos correspondentes à implantação da educação integral até a edição mais recente do IDEB no momento (e falamos em março de 2021). Por fim, na terceira e última seção, chegaremos, a partir da análise dos dados, a uma conclusão que nos diga se é possível ou não inferirmos uma ou mais hipóteses baseadas nas análises da seção anterior. Aqui abriremos espaço para tecermos algumas considerações sobre a experiência que tive enquanto Coordenadora Pedagógica do município de João Pessoa, à medida que desenvolvemos nossas considerações finais sobre a pesquisa, também discutindo, segundo a nossa bibliografia, a importância do ensino integral em relação aos resultados obtidos.

Ressaltamos que um dos motivadores da nossa pesquisa nesse tema foi à necessidade de investigar mais a fundo os bons resultados das políticas de valorização e implantação das escolas integrais, evidenciadas na ocasião da transição dos alunos inseridos no 5º ano do fundamental I para o 6º ano do fundamental II, ocasião na qual notamos, de forma significativa e relativamente consistente, resultados relevantes no aumento dos índices do fluxo escolar dessas turmas. O fato de estar à frente desta Coordenação, ou seja, responsável pelas escolas de Tempo Integral em João Pessoa, colocou-me em uma posição na qual foi possível recolher e avaliar esses dados. A partir deles, acreditamos que uma política de intervenção planejada e

sistematizada com ações voltadas para o processo de ensino e aprendizagem integral pode contribuir com o sucesso dos alunos e, conseqüentemente, com os indicadores nacionais de aprendizagem, entre eles, os componentes de fluxo escolar do IDEB. Trata-se de uma proposta a ser pensada e aprimorada com a participação dos profissionais da educação e dos diversos segmentos da sociedade civil e do poder público que tenham a preocupação de que seja garantido o direito da criança, adolescentes e jovens a uma boa educação (BRASIL, 2009). A seguir, na próxima seção, apresentaremos os fundamentos sobre a implantação da Educação Integral no município de João Pessoa.

2 OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA

O conceito de Integral nos remete a “total”, a “geral” ou “amplo”, a aquilo que abrange o todo. A concepção de Educação Integral vai além do desenvolvimento cognitivo, pois ela também engloba os aspectos afetivos do cidadão, bem como as dimensões de acesso culturais, de valores e de atitudes dos indivíduos.

Precisamos deixar clara a diferença entre Educação integral e educação em tempo integral, pois ainda acontece certa confusão entre os dois termos. A educação integral é a promoção do desenvolvimento integral do indivíduo e a educação em tempo integral está associada ao tempo em que os alunos passam na escola.

Segundo Moll (2012) a educação integral implica em considerar a questão da variável “tempo”, com referência à ampliação da jornada escolar e ao espaço, isto é, aos territórios em que cada escola está situada. Dessa forma, os espaços escolares são vistos como lócus de convivência e de novas oportunidades de aprendizagem, que são de suma importância para assegurar que todos tenham uma formação que integre o indivíduo ao mundo e a ele mesmo.

Podemos perceber a Educação Integral como oportunidade de articular novos saberes e possibilidades de aprendizagem, com uma educação que consiga ir além do espaço escolar. De acordo com Gadotti (2009, p. 10) “as diversas experiências de educação integral têm em comum uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no seu entorno), quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões inseparáveis”.

Portanto, para que a escola possa garantir os aspectos previstos quanto à ampliação da jornada escolar, precisamos levar em consideração os contextos locais e as especificidades onde cada indivíduo está inserido. É importante considerar o planejamento e o projeto pedagógico de forma integrada e que venha a contemplar as interações e as ações de forma significativa de todos envolvidos no projeto integral. Dessa forma, na próxima seção iremos discorrer sobre a Educação Integral em nosso país.

2.1 Breve histórico da Educação Integral no Brasil

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes de Bases) 9394/96, nos artigos 34 e 87 percebemos que a educação brasileira tem caminhado para um aumento da educação integral, através de projetos que contemplem a educação integral como um todo. Dessa forma, a educação integral tem acompanhado a educação brasileira em diversos momentos, partindo de diferentes propostas e experiências. A educação integral no Brasil começa a ser pensada, a partir pensada das décadas de 1920 e 1930, como o acesso à escola primária era ainda para poucos, como modelo de educação que atendesse as minorias, mas a pequena parte da população que não tinha acesso à educação na escola.

Em 2007 tivemos instituído o Programa Mais Educação pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007), onde as escolas públicas de ensino fundamental estadual e municipal

puderam aderir ao Programa e passar a ofertar uma proposta de educação integral com no mínimo sete horas de jornada diárias, através de atividades de socialização, que estivesse articulada com o projeto pedagógico da escola e com atividades voltadas para o interesse da comunidade escolar. Algumas atividades oferecidas pelo programa Mais Educação foram as seguintes: atividades pedagógicas, esporte, lazer, cultura, artes entre outras atividades que despertassem o interesse dos alunos em permanecer na escola. A fim de compreendermos melhor, vamos descrever nesse momento as Bases que regem a Educação Integral.

2.2 As Bases Legais da Educação Integral

Vários documentos legais nos revelam a importância à maneira de como a educação integral foi implantada na nossa legislação atual para que se tornasse de fato um direito de todos. Temos a Constituição Federal, no inciso I do Art. 206 que define “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Outro documento de extrema importância, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069 de 13 de junho de 1990, que reforça a ideia de educação integral em alguns artigos, como podemos observar nos artigos 58 e 59:

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (BRASIL, 1990, p. 45).

Corroborando nessa perspectiva de que toda criança deve ter direito a uma educação que prepare um indivíduo para uma vida mais digna, temos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/1996, em seu artigo 34, prevê o aumento progressivo da jornada escolar para o tempo integral, através do respaldo do Art. 87, parágrafo 5º, define “que serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996, p. 27).

Outro documento mais recente e não menos importante consiste no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13005/2014, com vigência de 10 anos, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação (BRASIL, 2014). Através de suas 20 metas e suas respectivas estratégias tratam-se de um documento que compreende a todos os níveis de educação, desde a educação infantil até o ensino superior.

Segundo o Plano Nacional de Educação em sua Meta 6 visa “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica” (BRASIL, 2014). Diante de suas medidas de estratégias de adoção tem como adotar “medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais” (BRASIL, 2014).

Dessa forma, espera-se que os recursos sejam ampliados de maneira gradativa com o objetivo de garantir mais autonomia pedagógica e financeira às unidades escolares a fim de desenvolver projetos que atendam às necessidades dos alunos.

A educação integral não é uma responsabilidade única da escola, mas uma responsabilidade coletiva, de todos que fazem parte da comunidade escolar. A sociedade atual “impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado” (BNCC, 2018).

Assim, percebe-se a necessidade dos estudantes desenvolverem habilidades e competências que possam atuar de acordo com as orientações da BNCC, através de “discernimento, responsabilidade para resolver problemas, além da autonomia para tomar decisões e ser proativo para identificar todos os dados de uma situação, a fim de buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades” (BNCC, 2018). A educação integral se insere nesse contexto de forma a reconhecer o compromisso com a totalidade do indivíduo através de um currículo ampliado e interdisciplinar.

Portanto, a educação integral é implementada segundo o objetivo de expor os conteúdos do aprendizado diário enfatizando sua relevância enquanto conhecimentos úteis, que podem fazer parte da vida do aluno, almejando uma integração com a vida do estudante. Observamos a sua importância para o protagonismo de uma educação voltada para o desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades, do indivíduo de uma forma integral, ou seja, nas suas dimensões cognitivas ou afetivas. Veremos agora as medidas que o município de João Pessoa vem tomando desde o ano de 2011 com a finalidade de programar um modelo de educação integral num número cada vez maior de escolas da sua rede municipal.

2.3 A implantação da Educação Integral em João Pessoa

Desde o ano de 2011 que diferentes administrações do município de João Pessoa aplicam medidas e políticas educacionais que visam garantir o estabelecimento do ensino integral na rede municipal local, alinhando-se à tendência nacional da replicação desse tipo de ensino, e das propostas e ideais que ele engloba.

Segundo as Diretrizes Normativas da Secretaria de Educação do Município (JOÃO PESSOA, 2019), que história um pouco da consolidação da educação integral em João Pessoa, essa iniciativa nasceu com o Projeto Escola Tempo Integral, que pela primeira vez instituiu, como política ampla do município, a permanência dos alunos nas escolas no chamado “contraturno”, isto é, no turno oposto a aquele no qual os alunos tem aula do currículo comum (ibidem). Essa iniciativa foi tornada possível graças à figura do “tutor”. Dentro do contexto da Escola Tempo Integral, a atividade do tutor, ou tutoria, é definida como:

[...] uma demanda que surgiu a partir da implantação do Projeto Escola Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino da cidade de João Pessoa, objetivando o atendimento dos estudantes no horário intermediário entre os turnos, já que os alunos permanecem na escola. A carga horária de um tutor é de 40 horas de aula semanais, sendo 30 horas na realização das atividades distribuídas no horário das 11 às 17 horas, e 10 horas para formação e planejamentos. Os tutores que atendem aos estudantes do Ensino Fundamental I devem ter formação acadêmica em pedagogia, e os que atendem ao Ensino Fundamental II devem ser licenciados... As ações dos tutores perpassam o campo da educação de forma geral. No primeiro horário, das 11 às 13 horas, acompanham os estudantes com orientações referentes à higiene pessoal, à alimentação, à recreação e ao repouso; na sequência, das 13 às 17 horas, oferecem apoio aos estudantes nas atividades de estudo e pesquisa, que têm como objetivo minimizar as dificuldades de aprendizado apresentadas por eles mesmos. (JOÃO PESSOA, 2019, p. 10).

Sendo o documento das diretrizes do ano de 2019, sua composição é posterior à adoção das medidas de aumento da carga horária da tutoria da qual já falamos (p. 6), ocorrida no ano de 2017. Sob essa nova expansão da carga horária, o tutor ganha uma série de atribuições e deveres, que visam ao melhor aproveitamento e experiência do aluno do tempo despendido na escola (JOÃO PESSOA, 2019). Entre essas atribuições se incluem o auxílio de forma lúdica nas atividades das disciplinas do currículo básico, o acompanhamento dos alunos em sua rotina escolar diária, a condução dos mesmos nas oficinas ministradas no contraturno, bem como o zelo e o cuidado com os alunos e a escola (JOÃO PESSOA, 2019).

Há ainda um segundo tipo de tutor, responsável por ministrar oficinas e atividades extracurriculares, chamados de monitores de oficinas. De acordo com as Diretrizes Normativas, os fins alcançados por esse tipo de atividade de monitoria incluem o combate à evasão escolar, o fortalecimento da arte e da cultura na escola, a aproximação da comunidade e dos alunos e o incentivo à autonomia e ao protagonismo infantil (JOÃO PESSOA, 2019). A partir dessa visão panorâmica da quantidade de atribuições delegadas aos tutores pelas Diretrizes Normativas da educação municipal, podemos deduzir que, na falta de professores suficientes para o horário do contraturno, a função dos tutores e dos oficinairos, vale ressaltar que esses são os profissionais que trabalham com oficinas pedagógicas no contraturno da rotina da escola de Tempo Integral. Tornou possível suprir a demanda pelos recursos humanos necessários à implantação da educação integral no município.

Na próxima seção, acompanharemos o histórico dos indicadores de fluxo escolar em três escolas do nosso município: Escola Ana Cristina (por ser a maior escola de tempo integral, no momento da pesquisa, com 24 turmas); Escola Radegundis Feitosa (por ser uma escola de tempo integral desde a sua fundação e criação) e Escola Paulo Freire (por ser uma escola que apresenta apenas um segmento fundamental I). Vamos observar e analisar os dados sobre essas escolas e acompanhar a evolução da implantação das políticas de educação integral nas mesmas e como essas medidas se refletiram, nos índices dos componentes de fluxo escolar e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

3 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE FLUXO DAS TRÊS ESCOLAS

De acordo com o INEP, os indicadores de fluxo escolar “são calculados com base em uma metodologia de acompanhamento longitudinal da trajetória dos estudantes e avaliam a transição do aluno entre dois anos consecutivos” (INEP, 2019). Essa metodologia de cálculo é realizada de modo que o Indicador de Fluxo (IF) é calculado por meio da divisão do total de alunos aprovados, pelo total de alunos matriculados em cada série de uma etapa da escolarização. Dessa forma, o Ensino Fundamental combinado por cinco séries iniciais e quatro séries finais, e, o Ensino Médio em três séries. Por meio dessa divisão, é feita uma média para as cinco séries iniciais e para as quatro séries finais do Ensino Fundamental, e também, para as três séries do Ensino Médio, totalizando o Indicador de Fluxo.

Uma vez dito que os índices de fluxo classificam o desempenho dos alunos durante toda a vida escolar destes, no nosso trabalho, iremos nos ocupar com as turmas do quinto ano do ensino fundamental de três escolas públicas da rede municipal de João Pessoa, que se beneficiaram diretamente do aumento da carga horária da atividade da tutoria e as quais tivemos a oportunidade de acompanhar. Esperamos com isso apontar para uma espécie de correlação entre o aumento do tempo de envolvimento dos alunos com a tutoria, ocorrido em 2017, e o desempenho dos indicadores de fluxo deles. Tais indicadores de fluxo são: a Taxa de Abandono, a Taxa de Reprovação e a Taxa de Aprovação, que medem, respectivamente, o índice percentual de quantos alunos abandona, reprovam ou são aprovados em cada ano letivo ao longo do tempo (INEP, 2019).

Como método de quantificação do aumento ou decréscimo destes índices, nos apoiaremos numa simples adição ou subtração, uma vez que o uso de porcentagens para medir os números por vezes muito pequenos de alguns índices, pode produzir variações percentuais muito grandes, e que não colaboram muito com o nosso método simples de apresentação mais qualitativa desses dados. Utilizaremos assim a diferença entre o valor do índice de um ano e outro, que já tem sua forma dada de maneira percentual, para nos indicar se há, em determinado ano, na coluna da tabela que atende pelo título de “variação”, algum aumento ou decréscimo das notas nos indicadores em relação ao seu ano anterior.

Um valor de variação acompanhado de um sinal positivo aponta um aumento e um valor percentual acompanhado de um sinal negativo, um decréscimo. Uma variação positiva ou crescente é o ideal quando se trata da taxa de aprovação; uma variação negativa ou decrescente é o ideal quando se trata das taxas de abandono ou de reprovação. Assim o fazemos para que seja possível visualizar o desempenho de cada uma dessas escolas ao longo de cada ano, e veremos se esses indicadores sofrem algum aumento a partir do ano de maior carga horária da tutoria.

Utilizamos esses valores de modo a produzirmos números de comparação mínimos para falarmos do desempenho das turmas de quinto ano de uma escola em relação às outras turmas dos anos anteriores. Importa-nos menos a precisão numérica que a objetividade da constatação de que houve aumento ou decréscimo nos indicadores de desempenho, ano após ano. Agora que clarificamos esses critérios, vamos analisar as turmas do quinto ano das três escolas.

3.1 Escola Ana Cristina Rolim Machado

A Escola Municipal Ana Cristina Rolim Machado foi uma das escolas escolhida por ser a maior escola de Tempo Integral do nosso município, ou seja, a que possui mais turmas, a mesma possui 24 turmas que funcionam em período integral, com os segmentos de Educação Infantil e Fundamental I. Vale salientar que a Escola Ana Cristina possui um Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) que corresponde a 50,25 este indicador permite contextualizar o desempenho das escolas nas avaliações e exames realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Quanto à estrutura física a Escola Ana Cristina Rolim Machado é composta por: 23 salas de aula; 01 sala dos professores; 01 auditório; 01 sala de audiovisual; 02 banheiros para funcionários; 02 banheiros adaptados; 04 banheiros para alunos; 01 cozinha; 01 dispensa; 01 laboratório de informática; 01 horta; 01 biblioteca.

Em relação à caracterização da comunidade escolar da Escola Ana Cristina Rolim Machado observou que no último ano de avaliação coberta pelo nosso trabalho, a Equipe de Profissionais da Educação da escola era constituída por 97 pessoas, assim distribuída: 03 Gestores; 06 Especialistas; 29 professores; 25 Tutores; 08 Professores readaptados; 41 funcionários de Apoio e 07 oficineiros. No que pode ser dito da comunidade de alunos e pais, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Cristina Rolim Machado atende aos bairros de Água Fria, Bancários, José Américo e aos bairros circunvizinhos, oferecendo educação à seiscentas e quatro crianças em horário integral, das 07h às 17h, diariamente.

Por se localizar numa área considerada de “classe média” da cidade de João Pessoa, os alunos e pais da escola apresentam um perfil mais “interessado” e ordeiro do que as duas outras escolas presentes no nosso trabalho. Os pais compareceram às reuniões escolares e mantiveram um contato mais ativo com os especialistas, professores e tutores da escola, a fim de participar mais e acompanhar o desempenho escolar dos filhos. Notamos que mesmo pais e alunos que moram em bairros circunvizinhos considerados mais periféricos, como o José Américo, tendem a se interessar mais pela vida escolar dos seus filhos. Tendo a maioria aparentada concluir o ensino fundamental e médio, e mesmo superior. No geral, o comportamento das três turmas de quinto ano avaliadas é bom, e os alunos se mostraram ativos e interessados.

Segue abaixo a tabela com o desempenho dos índices de fluxo e notas do IDEB: Ana Cristina Rolim Machado, quanto ao: Abandono; Reprovação e Aprovação. (Ver tabela 01).

Tabela 1 – Referente à escola com maior número de turmas em tempo integral

Ano	TAXA DE ABANDONO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE APROVAÇÃO	
	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação
2011	0,3	-	11,7	-	88	-
2012	2,2	+1,9	6,3	-5,4	91,5	+3,15
2013	2,1	-0,1	6,9	+0,6	91	-0,5
2014	0,9	-1,1	13,3	+6,4	85,8	-5,2
2015	0,5	-0,4	7,3	-6	92,2	+5,7
2016	2,9	+2,4	10,6	+3,3	86,5	-6,4
2017	3,1	-0,7	3,1	-8,4	93,8	-0,5
2018	3,1	+0,9	3,1	+1,1	93,8	+9,2
2019	0,6	-2,2	0,5	-2,2	98,9	+3,7

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INEP (2019).

A Escola Ana Cristina apresentou em 2011 uma pequena taxa de abandono, com uma taxa de reprovação de mais de 10 pontos percentuais e com uma taxa de aprovação de 88. Ao longo dos anos, notamos que, até o ano de 2017, ano da extensão do currículo, as três taxas sofreram repetidas pioras, isto é, as taxas de abandono e reprovação aumentaram enquanto a de aprovação diminuiu. A partir de 2017, temos um quadro positivo que se estende às três taxas: as taxas de abandono e de reprovação predominantemente decresceram enquanto a de aprovação subiu. Enquanto é fato que a taxa de abandono aumentou desde 2011, ela ainda se mantém abaixo de um ponto percentual. Os mais de dez pontos do índice da taxa de reprovação foram praticamente todos transferidos à taxa de aprovação, mais especificamente a partir do ano de 2018.

3.2 Escola Municipal Radegundis Feitosa Nunes

A Escola Municipal Radegundis Feitosa², foi à segunda escola a ser escolhida para esta análise, por apresentar uma característica muito forte junto à comunidade escolar. A mesma já foi criada e fundada, em 2011, como Escola Integral em nosso município, com o objetivo de atender a comunidade local tendo em vista que havia um número grande de crianças que não dispunham de uma unidade escolar nas proximidades de suas residências, o que dificultava o deslocamento destas para as unidades escolares vizinhas.

A estrutura física da Escola Radegundis Feitosa Nunes é composta por: 13 salas de aula amplas e climatizadas com persianas; 01 sala de professores (espaço pedagógico); 01 sala de apoio pedagógico (especialistas); 01 diretoria com banheiro; 01 secretaria; 01 biblioteca; 01 sala de Atendimento Especializado (AEE); 01 laboratório de informática; 01 Miniauditório; 01 depósito para material de consumo; 01 depósito para material de limpeza; 01 cantina com dispensa; 01 refeitório amplo; 01 banheiro para professores; 04 banheiros para alunos (as), com adaptações para portadores de necessidades especiais; 01 ginásio poliesportivo (com banheiros e depósito de material esportivo).

Em relação a caracterização da comunidade escolar da Escola Radegundis Nunes Feitosa, percebe-se que no último ano de avaliação coberta pelo nosso trabalho, a equipe de

² Sobre o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) desta Unidade, o mesmo não se encontra disponível no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

profissionais da educação da escola era constituída por mais de 65 pessoas, dentre os quais destacamos: 01 Gestor; 06 Especialistas; 33 professores; 13 Tutores; 04 Professores readaptados; 36 funcionários de Apoio e 07 oficinairos. Em relação à comunidade de alunos e pais, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Radegundis Nunes Feitosa atende aos bairros de José Américo, Mangabeira, Água Fria, Valentina e outros bairros circunvizinhos, oferecendo educação a duzentas e setenta e oito crianças em horário integral, das 07h às 17h, diariamente.

O perfil socioeconômico dos alunos das turmas de quinto anos avaliadas é de classe média baixa ou baixa, em sua grande maioria. Constatamos que não houve participação suficiente dos pais nas reuniões, e os alunos, mesmo bem comportados, apresentaram certo desânimo e dificuldades na absorção de conteúdo. Entretanto, isso não impediu que a escola tivesse os índices que apresentaremos a seguir.

Segue abaixo a tabela com o desempenho dos índices de fluxo do IDEB: Radegundis Feitosa Nunes, quanto ao: Abandono; Reprovação e Aprovação. (Ver tabela 02).

Tabela 2 – Tabela referente à escola integral desde a sua fundação

Ano	TAXA DE ABANDONO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE APROVAÇÃO	
	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação
2011	2,5	-	0	-	97,5	-
2012	6,1	+3,6	1,4	+1,4	92,5	-3,8
2013	2,9	-3,7	1	-0,4	96,1	+1,1
2014	2,7	0	2,1	+1,1	95,2	+1,4
2015	7,8	+5,1	6,9	+4,8	85,3	-9,8
2016	2,7	-4,9	2,1	-4,8	95,2	+10,1
2017	1,2	-1,5	4,1	+2,9	94,7	+1,1
2018	2,4	+1,0	5,1	0,1	92,5	-0,7
2019	1,5	-0,7	2,0	-3,1	96,5	+5,9

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INEP (2019).

O caso da Radegundis Feitosa Nunes é curioso: ela começou com uma taxa de reprovação de 0 (no seu primeiro ano de funcionamento) e nos anos seguintes, antes de 2018, a taxa de reprovação subiu e variou, mas depois ela foi capaz de em 2019 com um valor relativamente baixo, de apenas 2,0. A taxa de aprovação também seguiu o padrão de grande variação antes de 2017, tendo conseguido forte recuperação em 2016, de mais de dez pontos percentuais, e também terminou com um valor acima do seu valor inicial, com um acréscimo de quatro pontos percentuais ao seu índice, que agora ultrapassa noventa e oito por cento de aproveitamento.

3.3 Escola em Tempo Integral Paulo Freire

A Escola Municipal Paulo Freire, foi à terceira escola escolhida, por apresentar apenas o segmento do Fundamental I e por se localizar numa área de periferia, onde as crianças vivem em situação de vulnerabilidade social, emocional, entre outras. A clientela atendida possui um nível socioeconômico baixo e apresentam carências culturais e afetivas. A Escola Paulo Freire possui um Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) correspondente a 44,98. Sabemos que este indicador permite contextualizar o desempenho das escolas nas avaliações e exames realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

A Estrutura física da escola Paulo Freire passou em 2019 a escola passou por uma ampliação da sua estrutura, a partir da qual passou a dispor de 10 salas de aula; sala de diretoria; Refeitório; Sala de Atendimento Educacional; Especializado (AEE); 12 sanitários; 02 banheiros para alunos com necessidades especiais; 01 biblioteca; Pátio coberto; 01 sala para professores. Quanto ao quadro de funcionários, podemos dizer que o mesmo é composto atualmente de profissionais envolvidos com a educação, constituído por 47 pessoas, assim distribuído: 03 Gestores; 03 Especialistas; 12 professores; 07 Tutores; 02 Professores readaptados; 16 funcionários de Apoio e 04 oficineiros.

Em relação à comunidade escolar, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Paulo Freire atende à comunidade do Conjunto Nova Trindade e aos bairros circunvizinhos, oferecendo educação a duzentos e noventa e oito crianças em horário integral, das 07h às 17h. Por se localizar numa zona periférica, algumas crianças e jovens vivem em situação de vulnerabilidade por diversos tipos de negligência social, emocional, entre outras. Em geral, os membros da comunidade atendidos possuem um nível socioeconômico baixo. As famílias dos alunos, em sua maioria, pertencem à classe trabalhadora assalariada e suas atividades econômicas concentram-se na realização de serviços de diaristas, domésticas, pedreiros, lavadores de carro, pintores, comerciantes, vendedores ambulantes, entre outros. Suas atividades culturais geralmente se restringem a passeios nas imediações do bairro e à programação televisiva. Além de apresentarem dificuldades econômicas, pudemos constatar que as crianças apresentaram sinais de carências culturais e afetivas.

Percebe-se, portanto, muitos pais, atarefados com seus trabalhos e esquecidos a educação dos seus filhos, podendo influenciar no rendimento escolar dos mesmos. Em consequência da ausência dos pais ou responsáveis, o compromisso dos alunos com o estudo também fica prejudicado: esquecem o material escolar, não cumprem os combinados em sala de aula, descuidam da higiene pessoal, desrespeitam professores e funcionários, descumprindo as normas de convivência escolar. Grande parte dessas famílias possui uma renda largamente baseada no Programa Bolsa Família e em outros benefícios governamentais, apresentando uma alta taxa de mães desempregadas e pais presidiários.

No entanto, como a escola funciona a partir do protocolo de Tempo Integral, no Ensino Fundamental, as crianças, mesmo imersas nessa realidade socioeconômica, conseguiram apresentar, como veremos uma significativa melhora nos seus índices de aprendizagem, já que passam o dia na escola, com aulas pela manhã que seguem o currículo base e no contraturno aulas que buscam reforçar os conteúdos de forma lúdica e dinâmica. Outro possível benefício da educação integral para a realidade dessas famílias é que, graças ao maior tempo de estadia na escola, os pais dispõem de mais tempo para se ocuparem com atividades remuneradas, uma vez que as crianças estão o dia todo na escola. Avaliamos os resultados de duas turmas de quinto ano da escola ao decorrer de vários anos.

Segue abaixo a tabela com o desempenho dos índices de fluxo e notas do IDEB: Paulo Freire, quanto ao: Abandono; Reprovação e Aprovação. (Ver tabela 03).

Tabela 3 – Referente Escola Com Turmas Integrais E Que Possui Apenas O Segmento Fundamental I

Ano	TAXA DE ABANDONO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE APROVAÇÃO	
	Índice	Varição	Índice	Varição	Índice	Varição
2011	3	-	10,2	-	86,8	-
2012	4,2	+1,2	5,5	-4,7	90,3	+3,5
2013	7,1	+3,1	4,4	-1,1	88,5	-1,8
2014	3,3	-3,8	8	+3,6	88,7	+0,2
2015	1,6	-1,7	8,9	+0,9	89,5	+0,8

	TAXA DE ABANDONO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE APROVAÇÃO	
2016	4,1	+2,4	4,6	-4,3	91,3	+0,8
2017	0,4	-2	4,3	-0,3	95,3	+4,0
2018	0,4	0	5,7	+2,4	93,9	-1,4
2019	0	-0,4	0	-2,4	100	+6,1

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INEP (2019).

Mesmo imersa nos problemas socioeconômicos da comunidade, a Escola de Tempo Integral Paulo Freire apresentou o segundo melhor desempenho médio e também foi das três escolas avaliadas, a única que conseguiu atingir taxa de aprovação máxima (e consequentemente, taxa de reprovação e evasão iguais à zero). E isso aconteceu a despeito da escola ter começado a contagem em 2011 com um índice de reprovação relativamente alto, o que torna mais significativo que ao longo do período analisado, ela tenha conseguido reduzir tal índice a zero em 2019, mantendo entre as escolas que analisamos e mesmo entre todas as escolas do município a maior taxa de aprovação. Isso aponta que, mesmo sob condições de certa precariedade social, o programa de ensino integral aplicado na escola foi capaz de contribuir com índices que refletem sucesso completo, ao menos no que tange aos indicadores de fluxo escolar.

3.4 Síntese dos resultados

Olhando para os números que apresentamos, podemos montar as seguintes tabelas, as quais contêm os melhores resultados de cada ano, considerando cada índice de fluxo e cada escola. As seguintes abreviações correspondem a cada escola: Ana C. = Ana Cristina, Rad. = Radegundis Feitosa Nunes e Paulo F. = Paulo Freire. Lembrando que, quando se trata de taxa de abandono e reprovação, se sai melhor à escola que tiver o menor índice, enquanto na de aprovação à escola que tiver o maior. Segue abaixo a tabela com os dados dos índices sobre os rendimentos das escolas mencionadas em análise.

Tabela 4 – Distribuição das escolas quanto aos índices abaixo discriminados, referentes aos indicadores de fluxo no período de 2011 a 2019

Ano	EVASÃO		REPROVAÇÃO		APROVAÇÃO	
	Índice	Escola	Índice	Escola	Índice	Escola
2011	0,7	Ana C.	10,5	Paulo F.	88,8	Ana C.
2012	2,5	Ana C.	5,7	Paulo F.	91,8	Ana C.
2013	2,9	Ana C.	4,5	Paulo F.	92,6	Ana C.
2014	1,9	Ana C.	2,0	Radeg.	96,1	Paulo F.
2015	0,9	Ana C.	6,9	Radeg.	92,2	Ana C.
2016	1,8	Radeg.	3,5	Ana C.	94,7	Paulo F.
2017	0,9	Paulo F.	2,6	Ana C.	96,5	Radeg.
2018	0,8	Paulo F.	3,1	Ana C.	96,1	Ana C.
2019	0	Paulo F.	0	Paulo F.	100	Paulo F.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INEP (2019).

Podemos constatar que, embora a Escola Paulo Freire tenha conseguido pontuação máxima em 2019, a que mais frequentemente apareceu como melhor do ano em todas as três categorias de índices foi a Escola Ana Cristina Rolim Machado. A Escola Radegundis Feitosa

Nunes, apesar de ter conseguido poucas vezes ter índices melhores que as outras duas escolas, ainda mantiveram um bom desempenho no geral.

Percebemos que, a partir de 2015, todas as escolas tiveram altas taxas de reprovação e abandono, mas a partir de 2017, as diferenças entre os números dos índices das três escolas se atenuam, e todas passam a ter mais índices positivos do que negativos (os negativos, quando aparecem, são de uma queda ou aumento pequeno). Assim, nossas exposições dos dados se completam.

Agora, passaremos às reflexões acerca dos dados coletados. O que se faz notório, à primeira vista, são as taxas de rendimento escolar que são muito semelhantes nas três escolas: uma variação de melhora e piora das notas dos diversos índices entre os anos de 2011 e 2014, seguidos por um desempenho ruim generalizado em todas as escolas e índices no ano de 2015, e uma gradual melhora a partir de 2016 até que as três escolas tiveram os melhores índices da série de anos avaliados em 2019. Temos algumas hipóteses que podem sugerir algumas correlações desses padrões com a evolução das políticas de educação integral no município, mas avisamos de antemão que, na falta de um estudo mais rigoroso que pudesse determinar essa correlação, elas permanecem, no melhor dos casos, como apontamentos na forma de perguntas a guiar futuros estudos que queiram investigar esse tipo de correlação entre ensino integral e políticas educacionais mais a fundo:

- i) A partir do ano de 2017, houve um aumento da atividade, isto é, da carga horária dos tutores nas escolas que investigamos o que inclui as turmas do quinto ano. Haveria alguma correlação entre o aumento das atividades de tutoria e o melhor desempenho das três escolas a partir de 2017?
- ii) Em 2019, ocorreu a implantação de o programa Educar Pra Valer nas três escolas supracitadas (SEDEC, 2019). Teriam sido os índices de fluxo desse ano nas três escolas sido influenciados pela implantação desse programa?

Seria imprudente de nossa parte defender qualquer uma dessas posições sem um estudo mais aprofundado e comparativo, mas citamos ambas as hipóteses que podem direcionar estudos futuros desse tipo e que talvez de fato possam comprovar dessa forma alguma correlação entre as hipóteses e os crescimentos dos índices constatados.

Sobre o Educar Pra Valer, segundo o site do programa é uma iniciativa conjunta da Fundação Lehman e da prefeitura de Sobral na forma de ONG cujo propósito consiste na implementação de práticas de gestão educacional baseadas na experiência do município de Sobral e do Programa PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Correta) do estado do Ceará, e que já atua em mais de cinquenta municípios no Brasil. De acordo com um relatório preliminar publicada ainda durante a ocasião do treinamento do programa (DANTAS & DANTAS, 2019), que ocorreu em junho de 2019, sua implementação se deu em todas as turmas de quinto e de nono anos do ensino integral municipal, o que quer dizer que englobaram as turmas das escolas que avaliamos, e não contemplou apenas o município de João Pessoa, mas também o de Sousa, Mamanguape, Princesa Isabel, Monteiro e Conde.

O que se pode afirmar com um pouco mais de certeza acerca dessas taxas é que eles refletem a experiência da implementação da educação integral no município de João Pessoa, ao menos no que tange essas três escolas. Outra hipótese que pode explicar os movimentos de variação entre 2012 e 2015 é a de que houve nos anos posteriores a 2011, um período de adaptação gradual dos professores e demais profissionais a nova carga horária de ensino, o que por sua vez, se refletiu de modo variado nas turmas do quinto ano. Mas também nos faltam dados para afirmar essa hipótese com mais convicção. Em todo o caso, talvez vala a pena investigar posteriormente o que aconteceu no ano de 2015 que apresentou uma baixa generalizada das notas em todas as escolas.

Ora, pudemos constatar na análise dos dados que mesmo as diferenças socioeconômicas entre cada escola não foi tão decisivas quanto se poderia pensar inicialmente na determinação das taxas de rendimento das turmas de quinto ano de cada escola. Talvez esse também seja um indicativo de que a escola integral é, sobretudo, um agente de igualdade na vida desses alunos, ao qual permite que as diferenças socioeconômicas sejam mitigadas pelo oferecimento de uma educação de qualidade.

E de fato, não somos os únicos a chegar a essa conclusão sobre o papel do ensino integral no aumento da qualidade do ensino nas escolas brasileiras, pois, segundo Tenente & Oliveira (2020), os estados brasileiros que apresentaram uma melhora significativa nas notas do IDEB concentraram seus esforços educacionais na expansão do ensino integral através de projetos de integração do tempo dos dois turnos e de desenvolvimento emocional dos alunos. Diz-nos o autor, acerca do desempenho das escolas do ensino integral no IDEB que,

... Por mais que o Brasil não tenha atingido a meta proposta pelo MEC no ensino médio, houve uma evolução no Ideb de 2019 em relação às edições anteriores. Entre 2011 e 2015, o índice ficou estagnado em 3,7. Depois, em 2017, subiu apenas 0,1. Até dar um salto maior e atingir o patamar atual de 4,2... O que faz a diferença é pensar em um currículo próprio para a escola integral. Ficar mais tempo com os mesmos alunos cria espírito de equipe e vínculo com as turmas (ibidem).

Dessa forma, percebemos a importância do ensino integral, através de uma rotina planejada e sistematizada com o envolvimento de toda a comunidade escolar e de toda a Secretaria de Educação, com o objetivo de pensar em um ensino de forma integral e de qualidade para todos os nossos alunos, onde favoreça não só os Indicadores Nacionais, mas também o processo de ensino e aprendizagem de maneira eficiente e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso formativo realizado ao longo da conclusão deste artigo foi possível perceber a importância de interpretar e analisar os dados disponíveis dos Indicadores Nacionais que contribuem para uma análise de resultados e que atribuem valor estatístico à qualidade de ensino, como também ao contexto socioeconômico onde as escolas estão inseridas. Dessa forma, tivemos a oportunidade de analisar os dados dos indicadores do fluxo escolar e os números relativos aos componentes de rendimento em três escolas de ensino integral localizadas do Município de João Pessoa, a fim de averiguar possíveis padrões e correlações que possam emergir das análises dos dados secundários de educação dessas escolas, nomeadamente, os dados do índice de fluxo escolar.

Temos algumas hipóteses que podem sugerir algumas correlações diante desses padrões com a evolução das políticas de educação integral no município, mas avisamos de antemão que, na falta de um estudo mais rigoroso que pudesse determinar essa correlação, elas permanecem, no melhor dos casos, como apontamentos na forma de perguntas a guiar futuros estudos que queiram investigar esse tipo de correlação entre ensino integral e políticas educacionais mais a fundo. Temos como exemplo: a partir do ano de 2017, houve um aumento da atividade, isto é, da carga horária dos tutores nas escolas que investigamos o que inclui as turmas do quinto ano. Haveria alguma correlação entre o aumento das atividades de tutoria e o melhor desempenho das três escolas a partir de 2017? Em 2019, ocorreu a implantação de o programa Educar Pra Valer nas três escolas analisadas: EMEF ANA CRISTINA, EMEF PAULO FREIRE E EMEF RADEGUNDIS FEITOSA (SEDEC, 2019). Teriam sido os índices de fluxo desse ano nas três escolas sido influenciados pela implantação desse programa?

Os passos dados em relação a este estudo ajudaram a fortalecer a minha caminhada enquanto coordenadora das Escolas Integrais do Município de João Pessoa, levando em

consideração a importância da rotina de tempo integral para os alunos inseridos nessas unidades com carga horária ampliada. O fato de estar à frente desta Coordenação, ou seja, responsável pelas escolas de Tempo Integral em João Pessoa, colocou-me em uma posição na qual foi possível recolher e avaliar esses dados. A partir deles, acreditamos que uma política de intervenção planejada e sistematizada com ações voltadas para o processo de ensino e aprendizagem integral pode contribuir com o sucesso dos alunos e, conseqüentemente, com os Indicadores Nacionais de aprendizagem, entre eles, os componentes de fluxo escolar do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Sabe-se que esses indicadores medem os sucessos e insucessos mais básicos do ensino, sendo eles índices para ajustar o quanto os alunos desistem, são reprovados ou aprovados, podemos dizer que constatamos, a partir do aumento desses índices, algumas melhoras quantificáveis na qualidade do ensino da região segundo a metodologia do IDEB. É da nossa opinião que o projeto de tempo integral proporcionou aos alunos, através de uma rotina ampliada de forma responsável e planejada, uma experiência mais envolvente com o processo educacional, que por sua vez se reflete num aumento quantitativo dos dados que compõem o Índice de Educação Básica.

A experiência à frente da coordenação e monitoramento dessas escolas, como também o meu olhar de pedagoga e de professora sempre voltado para um processo de ensino e aprendizagem mais significativo, buscou contribuir e acompanhar mais de perto cada uma das escolas analisadas a fim de colaborar com o sucesso do rendimento escolar, em todos os seus indicadores. Uma vez que esses indicadores medem os sucessos e insucessos mais básicos do ensino, sendo eles índices para medir se o quanto os alunos desistem, são reprovados ou aprovados, podemos dizer que constatamos, a partir do aumento desses índices, algumas melhoras quantificáveis na qualidade do ensino da região segundo a metodologia do IDEB. O projeto de tempo integral proporcionou aos alunos, através de uma rotina ampliada de forma responsável e planejada, uma experiência mais envolvente com o processo educacional, que por sua vez se reflete num aumento quantitativo dos dados que compõem o Índice de Educação Básica.

Sejam quais forem os rumos que se tomem na educação municipal nos próximos anos, acreditamos que o município de João Pessoa caminha na direção da tendência nacional apontada mais acima, e as três escolas que investigamos são um indicativo dessa melhora (todas tiveram índices de fluxo acima da média nacional). Concluímos nosso trabalho defendendo que a manutenção do sistema de educação integral no município é importante para um bom desempenho dos indicadores de fluxo escolar e da qualidade do ensino ofertado em nossa cidade.

Portanto, este curso de especialização foi um espaço rico de debates e informações, através de leituras e fóruns e finalizar com a escrita de um artigo, nos dá a oportunidade de perceber a importância do que realmente vivenciamos e pesquisamos ao longo do curso. Fica a responsabilidade para cada um de nós aqui cursistas, agora especialistas, de sermos facilitadores e/ou multiplicadores nos nossos municípios, sejam nas Escolas ou nas Secretarias de Educação, da importância dos dados dos Indicadores Nacionais que nos são apresentados, para que possamos potencializar o ensino nas nossas escolas, junto aos nossos profissionais envolvidos na comunidade escolar, trazendo para cada um a responsabilidade e o sucesso dos nossos estudantes.

REFERÊNCIAS

BERMUDEZ, Ana Carla. **Ensino médio em tempo integral contribui para avanço no Ideb**. Publicada em 17/09/ 2020. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/09/17/ensino-medio-em-tempo-integral-contribui-para-avanco-no-ideb-aponta-estudo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial n. 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, Adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 7.083 de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso em: 26 jun. 2014.

DANTAS, José Aclécio; DANTAS, Lilian Karla de Lima Souza; “Programa “Educar Pra Valer” na Rede Municipal de João Pessoa: primeiras impressões”. Fortaleza, **VI Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

INEP. **Indicadores de fluxo escolar apontam queda na evasão para ensino fundamental e médio**. Publicado em 13/12/2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicadores-de-fluxo-escolar-apontam-queda-na-evasao-para-ensino-fundamental-e-medio/21206. Acesso em: 20 fev. 2021.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PIMENTA, S. G. **O pedagogo na escola pública**. Loyola: São Paulo, 1991.

SÃO PAULO. **Fluxo escolar**. Disponível em <https://dados.educacao.sp.gov.br/story/fluxo>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SECOM. **Professores da Rede Municipal passam por mais um processo de formação do programa Geração Alfabetizada**. João Pessoa, 09 de julho de 2019. Disponível em: <https://paraiba.com.br/2019/07/09/professores-da-rede-municipal-passam-por-mais-um-processo-de-formacao-do-programa-geracao-alfabetizada/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

TEI EIRA, Célia Regina e ANAYA, Viviani. **Educação Integral: Bases Iniciais**. Ed. UFPB, 2015.

TENENTE, Luíza e OLIVEIRA, Élida; **Estados que melhoraram no IDEB colocaram foco em ensino integral, projetos integrados e desenvolvimento emocional.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/15/estados-que-melhoraram-resultados-no-ideb-colocaram-foco-em-ensino-integral-projetos-integrados-e-desenvolvimento-emocional.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2020.